

O Poder pelo Poder

Uma breve reflexão sobre os partidos políticos brasileiros

Henrique Hargreaves¹

O Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Joaquim Barbosa, em recente palestra, afirmou que os partidos políticos no Brasil são de mentirinha e seus líderes buscam o Poder pelo Poder, ou seja, sem nenhum objetivo de caráter programático.

Ao analisar as circunstâncias que envolvem o atual momento político, procurarei estabelecer uma relação entre o que foi historicamente vivenciado desconhecido das atuais gerações e o que ocorre nos nossos dias.

No processo de redemocratização do país em 1945, com a queda de Vargas, surgiram diversos partidos políticos: o Partido Trabalhista Brasileiro (populista aliados a Getúlio Vargas) o Partido Social Democrático (conservador, representado pelos coronéis, ruralistas e empresários) a União Democrática Nacional (conservadora, formada por profissionais liberais, intelectuais e empresários de direita, mas, que, inicialmente, representava uma aliança de oposição e não um partido político, conforme o próprio nome indicava: “união”, congregando também esquerdistas como o comunista Caio Prado Junior e o

¹ Ministro Chefe da Casa Civil no Governo do Presidente Itamar Franco, advogado, economista e bacharel em Administração.

socialista João Mangabeira. A partir daí funcionando mais como um partido político com ideias mais concretas, defendendo o liberalismo político, o capitalismo, capital estrangeiro e livre iniciativa perdeu a adesão dos membros esquerdistas.

Com a liberdade de Luiz Carlos Prestes, das prisões da ditadura de Vargas, foi legalizado o Partido Comunista Brasileiro que atuou na clandestinidade durante dez anos. Partido realmente ideológico que ao contrário da UDN não aceitava em seus quadros quem não tinha compromissos com a sua filosofia e ideologia. Entretanto, ainda assim, talvez por questão de sobrevivência, cometia seus deslizes ideológicos e Prestes surpreendeu com seu apoio público a Getúlio Vargas, apesar de saber e todo o país tinha conhecimento da atuação do ditador que prendera e deportara sua primeira esposa judia Olga Benário, justamente para a Alemanha, onde seria morta.

Além desses, surgiram o PRP (integralista capitaneado por Plínio Salgado), o Partido Liberal no Rio Grande do Sul (Raul Pila) o Partido Republicano em Minas Gerais (Artur Bernardes) e PSP (Ademar de Barros) e PDC em São Paulo, e os inexpressivos (eleitorais) Partido Ruralista e o Partido Agrário Nacional (Rolim Teles).

Dentro deste quadro, surgiram candidatos a Presidente. O General Eurico Dutra do PSD com o apoio dos getulistas. O Brigadeiro Eduardo Gomes, homem honesto de prestígio popular por suas posições contra a ditadura e pela liberdade e democracia, posicionou-se como grande favorito, mas elitista não teve força bastante para vencer a onda populista que dominava o país; tanto é que foi derrotado por outro militar, totalmente desconhecido do público, sem nenhuma oratória, ao contrário, sofria de dislexia e nem tinha uma inteligência das mais privilegiadas.

Citam os historiadores como principais realizações desse governo, no campo político:

Rompimento das relações com a União Soviética e alinhamento com os Estados Unidos da América, fechamento do Partido Comunista e cassação dos mandatos dos seus parlamentares, bem como o fechamento de sindicatos e prisão de sindicalistas que faziam oposição ao governo.

Ou seja, retribuiu o apoio político gratuitamente ofertado por Prestes que liberou os partidários, apesar de ter o PCB concorrido com uma inexpressiva, no sentido eleitoral, candidatura de Yedo Fiuza, prefeito de Petrópolis (que nem era formalmente filiado ao partidão). Prestes não se arriscou a uma candidatura a Presidente, preferindo se candidatar ao Senado, tendo sido eleito juntamente com 14 deputados federais comunistas.

As estatísticas nos mostram que já àquela época prevalecia a votação conservadora nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. O PSD dominava e trazia o PTB à reboque.

A história nos mostra todo o roteiro daí para os nossos dias. Sai Dutra volta Getúlio em 1950, candidato pelo PTB/PSP, tendo como Vice Presidente Café Filho do PSP, enfrentando o Brigadeiro Eduardo Gomes com o mineiro Odilon Braga para vice (UDN, PRP, PDC e PL) e o mineiro Cristiano Machado do PSD/PR/POT PST tendo como Vice Presidente o paulista Altino Arantes, não apoiado pelo PST que lançou candidatura própria a Vice-Presidente, o senador Vitorino Freire. O PSB não fez nenhuma coligação e lançou candidato próprio a Vice Presidente João Mangabeira.

Observe-se que à época havia eleição para Vice Presidente. O resultado foi a eleição de Getúlio com o apoio velado do PSD que traiu o seu candidato criando para o vocabulário político a palavra “cristianizar”. Para o Senado o PSD elegeu seis senadores, o PTB cinco, a UDN três o PR dois, o PSB dois o PST um. Na Câmara dos Deputados o PSD 112, a UDN 81, o PTB 51, o PSP 24, o PR 11, o PST nove, o PL cinco o PTN cinco e outros seis. Total discrepância com as eleições

presidenciais. Se o PTB elege o Presidente com maioria significativa tem minoria na formação do Senado e terceira posição na Câmara dos Deputados. As estatísticas voltam a demonstrar a forte conjugação eleitoral (Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul) a favor de Getúlio, registrando ainda que em Minas, apesar da candidatura de Cristiano Machado, Getúlio teve mais votos que seu oponente, perdendo para Eduardo Gomes que teve como vice outro mineiro, Odilon Braga. Vamos verificar que essas alianças e acordos desembocam em ocorrências que comprovam a fragilidade delas e talvez fundamentem a dura afirmação do atual Presidente do STF de que os líderes políticos almejam o poder, pelo poder, sem nenhuma consistência político-ideológica.

Quanto à queda de Getúlio, deixo de comentar, resguardando apenas o direito de buscar se dentre os seus detratores estariam os que se elegeram à sua sombra e dele desfrutaram favores durante o seu governo.

Em 1955, tivemos como candidatos, Juscelino Kubitschek (PSD/PTB/PR/PTN/PST/PRT), Juarez Távora (UDN/PDC/PL/PSB) Adhemar de Barros do PSP e Plínio Salgado do PRP.

Verifica-se na aliança o PSB de João Mangabeira coligado com a UDN de onde saiu por discordar de suas posições conservadoras, liberais, capitalismo etc..

Juscelino foi eleito, majoritário em quase todos os Estados brasileiros, excetuando-se apenas, Amazonas, Guaporé, São Paulo e Paraná que deram maioria a Adhemar de Barros e Ceará, Paraíba, Pernambuco Alagoas e Sergipe que deram maioria a Juarez Távora.

João Goulart (PSD/PTB/PR/PTN/PST/PRT) foi eleito Vice-Presidente vencendo em quase todo o país, excetuando-se Ceará, Paraíba, Sergipe e São Paulo que deram maioria ao mineiro Milton Campos e Rondônia que optaria por Danton Coelho.

Observe-se que Minas Gerais deu ao mineiro Juscelino, o triplo de votação sobre Juarez Távora e para Vice, elegeu o gaúcho João Goulart com expressiva votação sobre o ex-governador mineiro Milton Campos.

Os números nos ensinam que o bairrismo nem sempre se reflete nas urnas e a tese que determinados caciques elegem poste", está furada.

1960

Surge o fenômeno Jânio Quadros. Candidato de perfil populista e ao mesmo tempo de ações conservadoras chega a ser extravagante. Pouco tempo governou, não só por seu temperamento grotesco mas talvez por falta de uma sustentação política concreta.

Candidato da aliança UDN/PR/PL/PDC e PTN, não guardava uma relação partidária realista com a coligação que se juntou a ele unicamente com o pensamento de tomar o poder. Logo, no entanto, ficou bastante claro seu espírito ditatorial e dentre os primeiros a serem banidos estavam os ex-coligados.

Enfrentou o Marechal Lott. Homem de grande estatura moral, mas sem nenhuma possibilidade de convivência política e com raríssima possibilidade de eleição. Dizem até que a razão principal dessa candidatura seria a certeza de sua derrota. Da coligação PSD/PTB/PST/PSB/PRT, seria praticamente impossível a sua derrota pelo contingente eleitoral que possuíam. Mas os números mostram o contrário.

O Marechal somente conseguiu maioria, nos Estados do Amazonas, Rio Branco, Amapá, Maranhão, Goiás, Sergipe e Rio de Janeiro. Será que o reduto do seu partido era esse? E Juscelino que supostamente o teria lançado percorreu o país com ele, assim como Lula fez com Dilma?

Ademar de Barros, do PSP, mais uma vez se candidatou e somente foi majoritário em Rondônia. Mas estranhamente, embora o candidato a Vice da chapa de Jânio Quadros fosse o mineiro Milton Campos, foi eleito João Goulart que representava a chapa da aliança com o Marechal Lott. No entanto somente foi majoritário em Mato Grosso, São Paulo, Minas e Pernambuco. Rio Grande do Sul e Rondônia deram maioria a Fernando Ferrari e o resto do país, a João Goulart. Considere-se que a vitória em Minas foi apenas de 7000 votos e em Pernambuco de 2.000 votos. Mais uma vez, portanto, se viu o processo de “cristianização”.

Sai Jânio Quadros carregando consigo um misterioso raciocínio que o levou à renúncia e entra João Goulart eleito e derrubado pelo PSD. Durante o seu governo verificou-se no Legislativo, em especial na Câmara dos Deputados uma disputa de poder dentre o PTB e o PSD e em determinada época diariamente via-se as bancadas serem alteradas em um processo de cooptação dos pequenos partidos pelos maiores até que culminou com a queda de Goulart. Passados os anos de governo militar no qual grande parte daqueles que lutaram pela queda de Jango, foram também engolidos pelo processo de cassações.

Nova Republica. ARENA e MDB criados pelo governo militar e o primeiro governo civil é eleito pelo colégio eleitoral. A primeira eleição direta vem em 1989, com o país plenamente restabelecido democraticamente, com a legalização dos partidos até então na clandestinidade como o PCB, PSB e PC do B e com uma pluralidade de candidatos justificada pela necessidade dos novos partidos se apresentarem perante o eleitorado, independentemente de postular a vitória. Tiveram seus candidatos oportunidade de usar a rádio, a televisão, além da exposição continuada pela imprensa.

Foram candidatos: Fernando Collor de Melo pela coligação PRN/PSC/PTR e PST, Luiz Inácio Lula da Silva da coligação PT, PC do B, Leonel Brizola-PDT, Mario Covas-PSDB, Paulo Salim Maluf-PDS, Guilherme Afif Domingos-PL, Ulisses Guimarães-PMDB, Roberto Freire

– PCB, Aureliano Chaves – PFL, Ronaldo Caiado-PSD, Affonso Camargo-PTB, Enéas Ferreira Carneiro – PRONA, Jose Alcides Marronzinho de Oliveira- PSP, Paulo Gontijo – PP, Zamir Teixeira-PCN, Livia Maria Pio – PN, Eudes Matar – PLP, Fernando Gabeira – PV, Celso Brant-PMN, Antônio Pedreira –PPB, Manoel Horta –PDC do B e Antônio Correia –PMB.

Eleito Fernando Collor, não teve o cuidado de formar alianças além das firmadas na candidatura. Pretendeu exercer o governo com um estilo próprio, e teria realmente condições de fazer um bom governo, contudo, perdeu o apoio do Congresso à governabilidade. Esse sim foi o motivo de sua queda e não a compra de um Fiat Elba em nome de sua esposa.

Mas à análise dessas eleições, nos permitimos buscar entender como é possível o PMDB eleger sete governadores, oito senadores e 108 deputados federais e ao mesmo tempo garantir ao seu eterno e sempre badalado e consagrado presidente Dep. Ulysses Guimarães, a vergonhosa votação de três milhões de votos (4,43%) enquanto Collor garantia 22 milhões de votos. Pergunta-se: Para onde foram os votos do PMDB que não fez aliança alguma? Talvez para o PSDB que conseguiu quase oito milhões de votos para Mario Covas (10,78%) sem ter eleito um único governador de estado, um senador e 38 deputados federais (7,5%)!

O PFL por sua vez, que elegeu nove governadores, oito senadores e 83 deputados federais (16,50%) oferece 600.000 votos (0,83%) ao seu candidato, Aureliano Chaves, ex-Vice-Presidente da Republica e ex-governador do Estado de Minas Gerais? Para onde foram os votos do PFL? Para Fernando Collor cuja coligação conseguiu eleger um senador pelo PST, 40 deputados pelo PRN (7.95%) e seis pelo PSC (1,19%) totalizando 9,14%. Mas Collor obteve 28.52% menos os 10% (contando com os votos do PRT que não conseguiu eleger nenhum parlamentar, sobram 18 % sem definição de onde veio! Seriam das traições? Mas por outro lado, o PT não fez um governador sequer,

elegeu um senador e 35 deputados (6.9%) e Lula obteve 16%%! É uma matemática difícil de ser entendida e não pode ser lida com uma comparação absoluta entre o cacife eleitoral do partido e o resultado das eleições gerais, mas que dá para pensar, isso dá!

Se, efetivamente existisse o exercício ideológico e filosófico partidário não haveria essa discrepância, pois o eleitor realmente comprometido com a agremiação não faltaria com o seu voto em nenhuma hipótese.

Mas o que dizer se o próprio partido toma essa direção em busca do poder, pelo poder?

Hoje, podemos dizer que existe um voto absolutamente direcionado: os evangélicos. Seguem fielmente a determinação da Igreja para os seus candidatos.

Ao tempo do antigo partido comunista dificilmente teríamos um filiado discrepar da orientação partidária, até mesmo porque definitivamente não teríamos a luta pelo poder, pelo poder.

Nessa eleição tivemos a demonstração clara do que é a militância coerente.

Ronaldo Caiado, político sério, conservador, de ideias transparentes, candidatou-se consciente da dificuldade de se eleger tendo em vista as fortes coligações que enfrentaria, no entanto o seu propósito, no meu entender, era ter uma bela oportunidade de expor a sua base eleitoral, o setor ruralista e demonstrar a sua força em especial nos debates realizados onde teve uma brilhante participação, e alcançou o seu objetivo, com a coligação PSD/PDN obteve 500.00 votos, o que, diga-se de passagem, como demonstração de força é uma bela apresentação.

Roberto Freire, igualmente, político respeitado por suas francas posições ideológico, tinha um objetivo claro: mostrar a força esquerdista

com o Partido Comunista Brasileiro. Tendo o médico Sergio Arouca aliado incontestado, alcançou 760.000 votos e elegeu três deputados federais, conseguindo assim atingir o seu objetivo. Há que se considerar ainda que outros seus aliados e convictos militantes de esquerda se elegeram por outros partidos como o PSB ou PCdoB.

Enéas Ferreira Carneiro, médico cardiologista, formado em matemática e física, idealista, surge de maneira até mesmo caricata, obtendo mais de 300.000 votos. Com a exposição e fixação de um perfil muito próprio, consegue em 1994 o terceiro lugar na disputa presidencial com 4.500.000 votos e em, 1998 uma estupenda votação para deputado federal (1.500.000 votos). Não há como avaliar o perfil dos seus eleitores.

Afonso Camargo, ex deputado, ex-senador e ex-Ministro de Estado, candidatou-se pelo PTB. Não ficou muito clara a razão dessa candidatura pois, o seu partido não necessitava de ter uma exposição e se assim não fosse não teria eleito nessa eleição de 1990, 01 governador, 4 senadores e 38 deputados. Com esse desempenho não se justifica a ínfima votação que obteve de 370.000 votos. Mais uma vez se configura a fragilidade do compromisso partidário.

Em 1994 tivemos uma eleição com forte componente econômico influenciando diretamente o pleito eleitoral: o Plano Real. Pleito polarizado entre Fernando Henrique (PSDB/PFL/PTB) e Lula (PT/PSB/PCdoB/PPS/PV PSTU) envolvendo uma miscelânea partidária sem nenhuma relação programática. Mais uma vez direcionando o poder pelo poder.

Leonel Brizola (PDT) disputando votos na mesma área de Lula obteve votação (2.700.000 votos) coerente com o comportamento do partido que elegeu dois governadores, quatro senadores e 34 deputados podendo ser avaliado que alguma defecção deve ter ocorrido em favor de Lula. Novamente o PMDB, ficou devendo uma explicação para a votação de Orestes Quércia (2.771.000 votos) que somada à de Leonel

Brizola (2.015.000 votos) não alcançava a estupenda votação de Enéas Carneiro (4.870.000votos). Temos que lembrar, que o PRONA não elegeu nenhum governador, senador ou deputado federal enquanto o PMDB elegeu nove governadores, 14 senadores e 107 deputados federais. É evidente que a votação que faltou ser direcionada a Orestes Quécia foi distribuída entre Fernando Henrique e Lula, em busca de: o poder pelo poder.

Em 1998, continuação da "ópera do Plano Real. E a consequência da popularidade da economia é que a aliança de Fernando Henrique, antes com PSDB/ PFL/PTB foi aumentada com a participação do PSD e PPB (obtendo novamente maioria de votos no primeiro turno), enquanto Lula novamente disputava a eleição com uma aliança alterada pelas saídas do PPS, PV e PSTU ficando formada pelo PT/PDT/PSB/PCdoB e PCB, permanecendo em segundo lugar com a mesma votação do pleito anterior. Os partidos que se retiraram da chapa de Lula, lançaram candidaturas próprias. O único mais expressivo foi o obtido por Ciro Gomes, ex-governador do Ceará e Ministro da Fazenda na sequência do Plano Real. Obteve belíssima votação de mais de 7.000.000 de votos, que se credita ao seu prestígio pessoal e mais uma vez se configura uma participação partidária do poder pelo poder, eis que ficou bem claro que a sua relação com o PPS foi meramente eleitoral em face das ocorrências posteriores com sua saída do partido. Da mesma forma com o PL e o PAN, que completavam sua chapa.

Podemos notar agora, que à medida que os pleitos se sucedem, fica difícil entender a lógica partidária e mais ainda, dizer que o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal exagerou ao classificar que os partidos buscam o poder pelo poder.

As eleições gerais de 1998 nos dão todo "caldo" necessário para a análise que se torna necessária.

Os partidos que encabeçavam as chapas polarizadas na eleição, em disputa ferrenha, em alguns estados elegiam governadores aliados em uma aliança que nem Freud explica.

No Acre, o PT era coligado com o PDT, PTB, PSB, PC do B, PPS, PL, PSL, PT do B, PV e PMN somente como exemplo.

O fato é que Fernando Henrique, candidato pelo PSDB/PFL/PTB/PSD e PPB e Lula candidato pelo PT/PDT/PSB/PC do B e PCB, e Ciro Gomes Pelo PSP, PL e PAN, viam seus partidos aliados entre si em vários estados da federação.

Pergunta-se: em que pleito esses partidos pregavam sua filosofia? Sua programática? Lula teve maioria apenas no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Será que os seus aliados nos demais estados votaram e pediram votos para Fernando Henrique? E o PPS de Ciro que só teve maioria no Ceará?

A resposta é tranquila: O poder pelo Poder...

2002. A eleição muda de figura. Fernando Henrique não pode mais se candidatar e não tem candidato oficial. Se declara um magistrado. O que ocorreria se Itamar tivesse se declarado como sendo um magistrado?

Lula mais uma vez volta à disputa, com a experiência dos pleitos anteriores e se elege com quase o dobro da votação e enfrenta José Serra com vasto currículo que o credencia a qualquer confronto. Contudo, falta-lhe o apoio que se fazia necessário e lógico de sua coligação. O nome de sua coligação: Grande coligação. E de fato era! O pleito demonstrará isto. No entanto, Serra foi derrotado de forma acachapante, apesar de certas circunstâncias que indicavam como vantagem para sua candidatura.

Na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso do PSDB que foi eleito em 1994 no primeiro turno, com o apoio

inquestionável de Itamar Franco. O mesmo se esperava de FHC em favor de Serra...

Numa análise dos resultados da eleição geral vamos ter:

O PT elegeu um governador, 10 senadores e 91 deputados federais;

O PMDB elegeu quatro governadores, nove senadores e 75 deputados federais;

O PSDB elegeu seis governadores, sete senadores e 70 deputados federais;

O PFL elegeu quatro governadores, 11 senadores e 84 deputados federais;

E Serra perdeu pelo dobro de votação de Lula.

Será que Lula, além dos votos dos petistas dos comunistas e da Governadora Roseana Sarney do PFL, partido do Vice Presidente da Republica, Marco Maciel, que candidata favorita à Presidente sofreu uma campanha sórdida atribuída ao governo federal? Ciro Gomes (no segundo turno) que foi apoiado por Tasso Jereissati do PSDB e Garotinho do PSB, recebeu também votação expressiva em redutos, em tese, de Serra, contando com a "cristianização" por parte de integrantes da coligação desse ultimo? Os resultados das eleições gerais, de governadores, senadores e deputados federais deixam duvidas quanto à fidelidade dos coligados. Serra foi majoritário apenas no Estado de Alagoas! Mas o PSDB elegeu sete governadores! Há no mínimo uma dicotomia merecedora de análise! Politicamente falando, o que se espera é que o partido vencedor nos Estados dê ao seu candidato á Presidente uma votação equivalente à sua desempenho... Mas não é e não tem sido assim. O que vemos é cada qual, conforme dizia Itamar Franco, "cuidando do seu umbigo".

Nas campanhas, o candidato a governador, a senador ou deputado federal, simplesmente cuida do apoio à sua candidatura. A máxima é “o que eu posso fazer se os eleitores do adversário querem me apoiar” ? Mas em troca, cruzam-se os braços para a campanha do candidato do seu partido. Chega-se até a ser veiculada uma sigla formada pelo nome do candidato a governador com o nome do candidato a Presidência da República do partido contrário ao seu.... sem a menor cerimônia. Eu sei o que eu estou falando porque ninguém me contou, eu vi!

E não foi diferente em 2006. Lula presidente, concorreu à reeleição enfrentando o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, um dos melhores quadros do PSDB, senadora Heloisa Helena, senador Cristóvão Buarque e mais quatro candidatos menos votados.

Lula no primeiro turno obteve 48,61% da votação contra Alckmin com 41,64% e no segundo turno elegeu-se com 60,83% contra 39,17%.

Nas eleições gerais tivemos:

O PT e o PSDB com cinco governadores eleitos e o PMDB com seis. Observa-se que o PMDB além dos seus eleitos participa ainda da eleição de candidatos do PSDB e PT em seis estados, onde se coligou.

No Senado, o PT elegeu dois senadores, o PMDB quatro e o PSDB cinco, e na Câmara Federal, o PT elege 83 deputados, o PMDB 89 e o PSDB 65.

Registre-se que o PFL coligado com o PSDB para Presidente elegeu um governador e participou da eleição de 10 candidatos com quem coligou com vários partidos, elegendo ainda sete senadores e sessenta e cinco deputados. Contudo, não conseguiu maioria para o candidato a Presidente que tinha como Vice um pefelista no Distrito Federal, assim como no Acre o governador eleito do PT não conseguiu maioria para Lula. Por outro lado, José Serra obteve maioria em apenas

dois Estados dos cinco que o PSDB elegeu e em nenhum dos Estados onde o PFL se coligou na chapa vitoriosa.

Em 2010, o Presidente Lula com um lance de alto risco, lança como candidata Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil, de predicados técnicos reconhecidos, mas de pouca vivência político-partidária e se empenhou realmente com todas as suas forças e recursos, esgotando os limites impostos pelo exercício do cargo, para enfrentar, Jose Serra, um misto de técnico e político, experiente, já testado nas urnas em pleitos anteriores com desempenho significativo apesar dos problemas já citados nesse estudo, com amplas possibilidades de vitória.

No entanto, ocorre o que já se esperava. Enquanto Lula se adiantava e Dilma se desdobrava por todo o país, o PSDB patinava na indefinição e se destroçava internamente, numa luta fratricida, sem aprender as lições dos pleitos anteriores, traduzidas pela falta de unidade, permitindo-se a aventar a candidatura de José Serra em maio do ano eleitoral e ainda sem definir com quem se coligava e nem mesmo um candidato a Vice Presidente conseguia escolher. Terminou com uma chapa tendo como Vice um deputado federal do DEM do Rio de Janeiro, estado que não daria como não deu, votação expressiva para o candidato tucano, ao passo que Dilma teve como companheiro de chapa, o Presidente do PMDB, deputado Michel Temer, de grande experiência política e currículo invejável.

O resultado, todos conhecemos. Um pleito com nove candidatos elegeu Dilma no primeiro turno com uma diferença de 14,30% sobre José Serra e no segundo turno com 12,10%, com a distribuição dos votos anteriormente dados aos demais candidatos.

Pelo visto, no entanto, fosse à eleição polarizada entre Dilma e Serra, possivelmente o pleito seria definido no primeiro turno.

Nas eleições gerais vemos algumas explicações: Dilma foi majoritária em 15 estados cujos governadores foram eleitos pelo PT (2), PSB, PSDB (5), PMDB, PMN e DEM.

O PT elegeu cinco governadores, 11 senadores e 88 deputados federais e o PMDB, quatro governadores, 14 senadores e 77 deputados federais. O que pode parecer anômalo explica-se com o registro de que o PMDB, além dos seus governadores eleitos, teve participação na coligação de vários candidatos, inclusive do PSDB e do DEM, garantindo com isto a vaga de senador. O PSDB elegeu oito governadores, seis senadores e 53 deputados federais.

Enquanto isso, Serra obteve a maioria em 11 estados cujos governadores foram eleitos pelo PSB, PMDB, PSDB (3) e PT (2).

É importante atentar para o detalhe das pesquisas realizadas e analisar a contemporaneidade das mesmas.

Tomemos por base a pesquisa realizada em março de 2008, quando não havia ainda uma definição sobre a candidatura patrocinada pelo governo federal, época em que inclusive se especulava em torno de um possível terceiro mandato de Lula. Entretanto, já se falava sobre Serra, pelo fato de ter enfrentado pleitos anteriores. Assim, os institutos de pesquisa passaram a lançar avaliações especulativas com diversos nomes. Notadamente o Datafolha permaneceu durante um bom período atribuindo a José Serra, possível candidato embora ele mesmo não definisse, uma frente avassaladora sobre Dilma, até agosto de 2009 quando marcava 38% a 17% em favor de Serra. Já a essa altura, o Presidente Lula começava a se movimentar mais concretamente em torno de Dilma, fazendo com que as pesquisas se atualizassem.

As pesquisas se mantiveram equilibradas e a partir de 1º de janeiro de 2010, passaram a ser obrigatoriamente registradas no TSE exigindo assim dos institutos maior cautela na divulgação.

Mas o quadro eleitoral apresentava Dilma como candidata inarredável de Lula, Serra sem se comprometer, Marina Silva surgindo como fenômeno, com sua campanha ambientalista e rompida com o PT, com grande influência nas pesquisas, assim como a senadora Heloisa Helena que chegou a ser cogitada para sua chapa como vice; manobra que morreu no nascedouro.

As candidaturas, por força de lei, só seriam registradas oficialmente em junho, embora no curso do primeiro semestre cada vez fossem mais claras as definições; menos a de Serra. Até mesmo o registro de sua candidatura se deu no último dia do mês de junho.

Dilma em 13 de junho, mas com a "campanha na rua", há mais de um ano, velada ou não, com uma declaração pública e inequívoca de sua candidatura, oficializava para registro sua participação no pleito. Mas, enquanto isto ocorria, dava conhecimento a todo o seu eleitorado e indecisos de sua disposição de enfrentar.

Ao contrário, embora presente em todas as pesquisas, Serra somente em final de junho, no derradeiro dia para registro, surgia oficialmente como candidato pela aliança PSDB/DEM.

A esta altura Dilma ultrapassava Serra na pesquisa de 31 de julho chegando a sinalizar com o dobro, ou seja, 49% a 25% em 28 de setembro, seguindo a mesma tendência durante esse período.

É muita pretensão achar que o eleitor fica aguardando pacientemente a decisão do possível candidato. E as alianças que são permitidas pela legislação? Não podem ficar à deriva do processo.

O resultado foi a derrota de um candidato com excelentes qualidades para administrar o país, por um partido completamente partido pelas diversas facções internas.

A maior evidência está na evolução das pesquisas em que paulatinamente foi caindo nas estimativas. Por que? Teriam suas qualidades diminuídas pelo tempo? Ou seria falta de uma retaguarda para alavancar, assim como ficou demonstrado no resultado das eleições presidenciais comparadas com as eleições gerais? Como é possível um candidato perder de forma expressiva no estado onde seu companheiro de partido se elegeu governador com também expressiva maioria?

Afinal, os Partidos têm ou não algum significado? Ou são meros rótulos para quem tem os votos? Estaria aí a explicação de que determinados políticos se elegem independentemente de sua filiação? Estaria aí a reação à proposta do Senador Itamar Franco em favor da candidatura avulsa?

O fato é que não podem passar despercebidas as variadas coligações nos nossos pleitos eleitorais. Tivemos em vários casos em eleições para governador, uma coligação composta por 16 partidos. Qual é a ideologia ou a filosofia ou o programa dominante nessas alianças formadas por força publicamente antagônicas? A resposta é simples embora inaceitável! A ideologia ou a filosofia é o tempo na televisão.

E assim são feitas as fusões e incorporações, pensando no tempo que resultará para uso da televisão na divulgação de programas partidários. A pergunta óbvia é se os Estatutos não se colidem. Essa colisão deveria existir, mas não ocorre porque no Brasil os Estatutos e Programas são meras cópias uma das outras.

Hoje, meados de 2013, estamos caminhando rumo ao novo período eleitoral de 2014, e temos apenas Dilma disposta a se

candidatar, declaradamente, e uma série de interrogações referente ao seu adversário. Toda a questão fica em termos do “tudo indica”, mas o problema é que nem sempre “tudo indica”. E quando realmente “tudo indicar” como se diz no ditado mineiro “a égua já passou arriada e em pelo até vento derruba”.

Por isso o Ministro Joaquim Barbosa disse que no país os partidos são de mentirinha e seus líderes almejam o Poder pelo Poder.

Ele, provavelmente, não quis dizer que seja errado ou ilegítimo almejar o Poder, pois se assim não fosse, os partidos políticos seriam meros grêmios literários. O que ele disse foi que os líderes partidários buscam o Poder a qualquer preço. Não hesitam em “abrir mão” de seus princípios políticos quando se trata de negociar a ascensão ao Poder.

Por isso a necessidade de avaliar a adoção do partido nacional. A verticalização. Teses lançadas na legislação estabelecida pelo governo militar e que sofreram duras resistências pela esquerda sob a alegação de que se tratava de tese totalitária imposta pela truculência e com objetivos escusos.

A questão é que, infelizmente, a leitura deixou de ser um hábito no país e se assim não fosse, poderíamos encontrar esta tese já adotada pela chamada Lei Agamenon, nome dado ao Decreto Lei 7.856 de 1945. Aliás devemos nos lembrar que também foi permitida uma inovadora permissão de um mesmo candidato concorrer para Presidente da República, senador ou deputado federal em um ou mais estados. Nesse sentido Getúlio Vargas foi eleito em um mesmo pleito, senador pelo Rio Grande do Sul pelo PSD e em São Paulo pelo PTB e deputado federal na Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais também pelo PTB

Mas, quanto ao partido nacional há uma estreita relação com a verticalização sob pena de propiciar essas anomalias já citadas.

Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis escreveu em *Verticalização das coligações partidárias: melhor caminho para a coerência político-eleitoral*:

“A principal crítica, entretanto, é a respeito da artificialidade das coligações formadas nos estados diante da definição da coligação que concorrerá à eleição presidencial.

Alguns podem até da regra vigente nas eleições de 1982, o chamado voto vinculado, que funcionava da seguinte maneira: os votos para todos os cargos disputados no pleito (governador, deputado federal, senador, deputado estadual e em algumas cidades vereador) deveriam ser para o mesmo partido, inexistindo possibilidade de voto em candidatos de outras agremiações.

A verdade é que a intenção do legislador ao instituir a verticalização é garantir a coerência ideológica das coligações partidárias. Até 1998, realmente era muito comum que partidos rivais no âmbito nacional formassem coligações em alguns estados com o objetivo de vencer adversários comuns.

O fato, porém, é que tanto em 2002 como muito provavelmente em 2006, acompanharemos em nossos estados coligações falsas, onde rivais estão “unidos” somente porque seus partidos pactuaram aliança no âmbito nacional.

O caminho para conseguirmos partidos mais fortes, com maior coerência ideológica e pragmática não é uma imposição legislativa artificial, mas sim uma ampla e profunda reforma política na Constituição Federal e nas leis ordinárias que trate também da disciplina e da fidelidade partidária, de um sistema político-eleitoral mais moderno e de rígidas punições aos políticos infratores das regras eleitorais.”

Como relator em consulta no TSE, o Relator, o Ministro Garcia Vieira:

“Não podemos nos esquecer de que, como o legislador constitucional exige (art. 17, I), tenham o partido político caráter nacional, e não estaduais ou municipais e isso ocorreria se permitíssemos que um partido (A), após celebrar coligação para eleição de presidente da República com outros partidos (B, C e D) e, ao mesmo tempo, celebrasse coligação com terceiros partidos (E, F e G) que também possuem candidatos a presidente da República. É claro que os candidatos a presidente podem ser diversos e, então, ocorreria o absurdo de termos uma coligação com diversos candidatos à presidente da República”.

Também assim o voto do Ministro Nelson Jobim:

“Admitir coligações estaduais assimétricas com a decisão nacional é se opor ao “CARÁTER NACIONAL” e à “AÇÃO DE CARÁTER NACIONAL”, que a Constituição e a lei impõem aos partidos. A condição do “CARÁTER NACIONAL”, tanto da Constituição como da lei, é incompatível com coligações híbridas, que não respeitem o paradigma nacional. Esse é o caminho para o fortalecimento dos partidos, como instrumentos nacionais da democracia brasileira. É essa a opção do sistema legal brasileiro, que luta contra os vícios regionalistas que vêm do início da República. A celebração de coligações assimétricas estaduais vai nessa linha de regionalização das decisões políticas, que é contrária à exigência constitucional. Devemos nos curvar ao modelo constitucional.”.

Diz o Prof. Mauricio Gentil :

“Não é simples perceber a essência da opinião da maioria dos Ministros do TSE que sufragaram esse entendimento. O fato de a Constituição Federal prever, em seu artigo 17, inciso I, o caráter nacional dos partidos políticos, não aponta necessariamente para a obrigatória reprodução das coligações nacionais nas eleições estaduais, ou para a vedação de partidos políticos serem adversários nas eleições nacionais e coligados nas eleições estaduais

É que o caráter nacional dos partidos políticos indica apenas princípio de organização, de estruturação, de molde a impedir a existência de partidos de caráter tão somente estadual, como em outras épocas da história republicana, em que existiam partidos organizados apenas no Estado de São Paulo e outros organizados apenas no Estado de Minas Gerais, sem ramificações em outros

.....
Ou seja: o artigo 17, inciso I da Carta Magna apenas determina que os partidos políticos tenham cunho nacional, e, ao se organizarem, observem o modelo federativo estatuído para o próprio Estado brasileiro, e possuam diretório nacional, diretórios estaduais e diretórios municipais, abrangendo a um só tempo toda a Nação, não podendo determinado partido político funcionar em âmbito apenas estadual ou municipal, Vale registrar que o próprio TSE caiu em contradição, quando da apreciação de outra consulta, agora formulada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (Consulta nº 766), em que se decidiu que

“1. O partido político que não esteja disputando a eleição presidencial poderá participar de diferentes coligações formadas para as eleições estaduais em cada Estado e no Distrito Federal.

2. Os partidos políticos que não disputarem a eleição presidencial podem celebrar coligações para disputar eleições

estaduais com partidos que tenham candidato à eleição presidencial ou não.

3. Os partidos que não estejam disputando a eleição presidencial poderão celebrar coligações nos Estados e no Distrito Federal com partidos que tenham, isoladamente ou em coligação, lançado candidato à eleição presidencial. ...”.

Ao entender que partidos políticos que não participem formalmente do processo eleitoral na esfera federal – ou seja, que não tenham lançado candidato a Presidente da República e que não estejam participando de nenhuma coligação federal que tenha lançado candidatura a Presidente da República - possam livremente estabelecer coligações partidárias nas eleições estaduais, porém diversas de Estado a Estado, o TSE liquidou a sua própria concepção de “caráter nacional” dos partidos políticos, que foi utilizada como fundamentação para a Resolução nº 21.002, e que, nos termos do voto do Ministro Nelson Jobim, transcrito acima, estaria a impedir “coligações assimétricas estaduais” e “coligações híbridas” e a exigir “o fortalecimento dos partidos, como instrumentos nacionais da democracia brasileira”. É que, dessa forma, o partido político que não participe formalmente da eleição na esfera federal estará livre para, Estado por Estado, estabelecer as coligações as mais diversas, fazendo ruir a defesa da “coerência partidária”

Lembra ainda o voto do Ministro Fernando Neves:

“Confesso, Senhor Presidente, que a possibilidade de um determinado partido celebrar coligação em um Estado com um partido que esteja disputando a eleição presidencial e em outro Estado com outro partido que também esteja disputando a eleição presidencial pode e deve causar grande espanto no espírito do eleitor. Como será possível que uma agremiação partidária apoie um programa em um Estado e outro, antagônico, em outro Estado? Isso não contribui para o fortalecimento dos partidos, nem da democracia”.

Mas o fato é que o Ministro Presidente do STF, com a autoridade que tem, afirma que no Brasil os partidos são de mentirinha e os líderes buscam o Poder pelo Poder.

O brilhante promotor Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado mestre em Direito Constitucional, em excelente trabalho, estuda os perfis dos partidos políticos, lembrando ensinamentos de doutrinadores como Benjamin Constant que define o partido político “como sendo uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política enquanto que Hans Kelsen, jurista contemporâneo, escreveu que os partidos políticos são organizações que congregam homens de semelhante opinião para afiançar-lhes verdadeira influência na realização dos negócios públicos. Diz mais:

“Sem embargo do peso doutrinário dos conceitos que nos socorremos, preferimos uma definição mais real, que reflete a sociedade em que vivemos. Valemos-nos do magistério de Paulo Bonavides, para, com ele, afirmar que” *o partido político é uma organização de pessoas inspiradas por ideias ou movidas por interesses, que buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados.*”

No nosso país, lamentavelmente, desde as suas origens, não se vislumbra uma identidade própria dos partidos políticos. Revelaram-se frágeis, incapazes de, em longo prazo, sedimentar uma ideologia individualizada. Como, de forma extremamente lúcida, registrou José Anderson Nascimento em artigo publicado no *Jornal da Cidade* (Aracaju-SE), edição de 30 de junho a 1º de julho de 2002, “a cada golpe dos vários que vitimaram nossa democracia, os partidos políticos também eram levados de roldão. Formaram-se partidos no Brasil sempre de cima para baixo”. Transformaram-se ora em partidos meramente estaduais, representando oligarquias regionais, ora em agremiações partidárias gravitando em torno de seus principais líderes (partidos de uma só pessoa, personalistas). Esse é o quadro.

Não se quer afirmar, de forma amplamente generalizada que, no Brasil, inexistem partidos definidos ideologicamente. Não é isso. Entretanto, a prática vem demonstrando que a história se repete e os partidos passaram a ser utilizados como meras legendas asseguradoras de candidaturas. Todas as vezes que alguém não tem espaço, momentaneamente, num determinado partido, rompe-se e cria-se outro. Foi assim e vem sendo assim: um mero veículo de concretização de aspirações pessoais ou, quando muito, de um grupo dominante. Vigorou e ainda vigora a máxima de que *se o partido não é digno de mim, saio e vou criar outro partido.*

Como bem diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho, os partidos brasileiros

“Não passam de conglomerados decorrentes de exigências eleitorais, sem programa definido e, o que é muito pior, sem vida própria”.

Diz mais:

“A autenticidade dos partidos é outra das condições da democracia pelos partidos. No Brasil, essa autenticidade parece ser em face da experiência do passado e do presente um sonho remoto, utópico. Traço inegável do caráter nacional brasileiro é a falta de inclinação para a vida cívica e associativa”. Usam a legenda exclusivamente para pleitear uma candidatura e sagrar-se vitorioso na eleição. Não há nenhuma identidade programática com o partido. Filiam-se ao partido por conveniência e não por afinidade ideológica. Transformam os partidos em meras *siglas de aluguel*.

Conclui :

“Que os nossos políticos, em especial os candidatos à Presidência da República, se sensibilizem com esses dados e transformem a ganância do poder pela ganância da concretização do maior dos princípios

constitucionais: assegurar a todos dignidade. Precisamos virar a página dessa história. O Brasil é um país grande e grandes devem ser os nossos ideais.”

Assim, esse nosso despretensioso estudo tem por objetivo colaborar na avaliação das palavras do Sr. Ministro Joaquim Barbosa e chamar a atenção dos que o criticaram furiosamente, entender que não houve um sentido de crítica ou ofensa; S.Exa. na realidade procurou, no nosso ponto de vista, alertar à classe política para a sua indiferença para com os princípios ideológicos que devem gerir a atividade pública sob pena de nos transformar em uma republiqueta, sem rumos e como alguém já disse os partidos políticos tenham objetivos concretos e não se portem como “dois carecas lutando por causa de um pente”.

Enquanto isto, aguardemos respostas que demonstrem as verdadeiras razões que levaram Luiz Carlos Prestes apoiar Getúlio Vargas, apesar do episódio de Olga Benário; Dutra aceitar o apoio dos comunistas para em seguida cassá-los; o PSD, em 1950 lançar a candidatura de Cristiano Machado, para abandoná-lo; apoiar Getúlio e depois aderir à campanha por sua queda; o porquê de Juscelino lançar a candidatura do Marechal Lott e pouco se empenhar para sua eleição; o PSD se empenhar na queda de João Goulart, apoiar o golpe militar, participar da escolha de Castelo Branco para Presidente e assistir logo em seguida a cassação de Juscelino. Quem sabe ou o que seria, se todos os pessedistas renunciassem aos seus mandatos em protesto. Como se diz em Minas Gerais: espera sentado..

O que dizer do PSDB com relação às candidaturas de Alckmin e Serra? E o PMDB com relação ao Dr. Ulysses? E com relação ao Quércia?

Se houver uma resposta convincente aí sim poderemos dizer que felizmente o Ministro Joaquim Barbosa estava errado, ou caso contrário, deverão os postulantes ao Poder pelo Poder, tomarem as devidas cautelas, porque os partidos de mentirinha estão aí a todo o vapor.